Entidade Adjudicante: Direção-Geral da Autoridade Marítima

Número Processo Despesa: 3022012728

Procedimento: Ajuste Direto

Objeto do Contrato: Instalação de Repetidores VHF em Sagres e nas Flores

CADERNO DE ENCARGOS

REPÚBLICA PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS 2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais 2
Artigo 1.º | Objeto 2
Artigo 2.º | Contrato 2
Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato 2
Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços 2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais 3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário 3
Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário 3
Artigo 6.º | Conformidade dos serviços 3
Artigo 7.º | Inspeção dos serviços 3
Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias 4
Artigo 9.º | Receção dos serviços 4
Artigo 10.º | Aceitação dos serviços 4
Artigo 11.º | Rejeição dos serviços 4
Artigo 12.º | Fatura Eletrónica 5
Artigo 13.º | Garantia dos serviços 5
Artigo 14.º | Dever de sigilo 5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante 5
Artigo 15.º | Preço Base 5
Artigo 16.º | Preço Contratual 5
Artigo 17.º | Condições de pagamento 6
Artigo 18.º | Mora no pagamento 6
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato 6
Artigo 19.º | Penalidades contratuais 6
Artigo 20.º | Força maior 7
Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público 8
Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário 8
Artigo 23.º | Execução da caução 8
CAPÍTULO IV – Disposições Finais 9
Artigo 24.º | Comunicações e notificações 9
Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação 9
Artigo 26.º | Fiscalização 9
Artigo 27.º | Gestor do Contrato 9
Artigo 28.º | Acesso às instalações 9
Artigo 29.º | Proteção de dados 10
Artigo 30.º | Foro competente 10
PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS 11
Artigo 31.º | Requisitos Técnicos 11
ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA 11

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Direção-Geral da Autoridade Marítima, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
    a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
    b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
    c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
    d. A proposta adjudicada;
    e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.
4. Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente artigo e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A entrega dos serviços será efetuada no prazo máximo de **30 (trinta) dias** (parâmetro base do procedimento) a contar da data mencionada no ponto 1.

Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados em Sagres de na Ilha das Flores.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, o seguinte:
    - Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
    - Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do serviço.

4. Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato para o local da prestação dos serviços **são da responsabilidade do adjudicatário**.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;

b. Obrigação de garantia dos serviços, caso aplicável;

c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de cauções e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;

d. Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato de acordo com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, apuradas nos termos artigo 8.º n.º 1.

Artigo 7.º | Inspeção dos serviços

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase da inspeção, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das caraterísticas, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção dos serviços

1. Após a prestação dos serviços, deve ser emitida a respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
    a. Número do Processo de Despesa (NPD);
    b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
    c. Número do Compromisso;
    d. Morada;
    e. IBAN e código SWIFT;
    f. Endereço de Email;
    g. NIPC ou VAT NUMBER.
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos serviços

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as caraterísticas, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos serviços

1. Os serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário.

Artigo 12.º | Fatura Eletrónica

O adjudicatário deverá emitir faturas eletrónicas nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e demais do normativo em vigor.

Artigo 13.º | Garantia dos serviços

1. A garantia dos serviços importa o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 14.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 15.º | Preço Base

O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de **11.512,12 € (onze mil quinhentos e doze euros e doze cêntimos)** (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.

Artigo 16.º | Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
4. O contrato a celebrar não será objeto de negociação nem de revisão de preços.

Artigo 17.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.
6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.
7. Quando o valor do contrato for superior a 950.000 (novecentos e cinquenta mil) euros, o contrato não produzirá quaisquer efeitos antes da apresentação, pelo adjudicatário, do documento comprovativo do pagamento dos emolumentos do processo de obtenção do Visto.

Artigo 18.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 2. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato

Artigo 19.º | Penalidades contratuais

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificá-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 5 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a entidade adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;

b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 1,5‰, por cada dia de atraso;

c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 3‰, por cada dia de atraso.

3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 20.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 21.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 22.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.
2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 23.º | Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para tal exista fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 24.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 25.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
    a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a cessão da posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
    b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
    c. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Adjudicatário não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 26.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 27.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 28.º | Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Artigo 29.º | Proteção de dados

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

    d. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;

    e. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

    f. Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;

    g. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;

    h. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

    i. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;

2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Artigo 30.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 31.º | Requisitos Técnicos

A Especificação Técnica nº 001/VHF/2022 faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo A.

O Diretor de Administração Financeira e Logística,

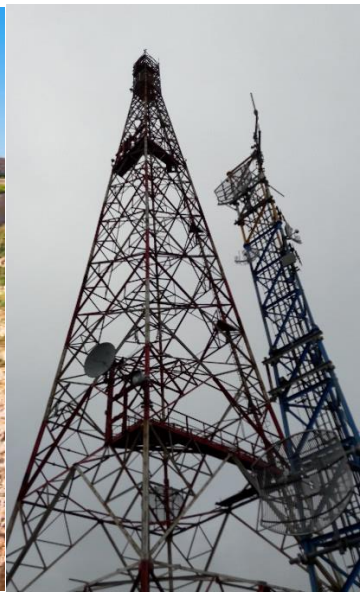
PAULO JOSÉ NEVES CORREIA

Assinado de forma digital por PAULO JOSÉ NEVES CORREIA
Dados: 2022.08.03 16:03:22 +01'00'

Paulo José Neves Correia
CFR AN

ANEXO A – Especificação Técnica

Assunto: Modernização do Sistema de Comunicações da Autoridade Marítima Nacional, Substituição dos equipamentos repetidores VHF existentes no Farol do Cabo de S. Vicente, Sagres, e, na Serra do Morro Alto, Ilha das Flores.



1. OBJETIVO

Considerando-se as obras de remodelação profundas no Farol do Cabo de S. Vicente importa efetuar-se a substituição dos equipamentos inerentes ao atual Repetidor de VHF e respetivo link de UHF visto esses equipamentos encontrarem-se obsoletos tecnicamente e cuja recuperação não é economicamente viável considerando-se também o avançado estado de degradação.

Pretende-se a implementação de um sistema de comunicação radio VHF no Farol do Cabo de S. Vicente, com a possibilidade de operar com a tecnologia analógica ou digital tendo em conta uma futura migração do Serviço Móvel Marítimo para digital.

A solução radio a implementar deverá permitir um link em UHF com o Farol de S. Maria, Ilha da Culatra.

Na Ilha das Flores, face a intempérie, a torre da RTP que suportava as antenas foi derrubada tendo a respetiva cablagem e a antena sido totalmente destruídas.

Por outro lado, também os equipamentos se encontram obsoletos e cuja recuperação não é economicamente viável.

Face a que a RTP já instalou uma nova torre pretende-se a implementação de um sistema de comunicação radio VHF no Morro Alto, Ilha das Flores, com a possibilidade de operar com a

tecnologia analógica ou digital tendo em conta uma futura migração do Serviço Móvel Marítimo para digital.

2. REQUISITOS A TER EM CONSIDERAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

a. Os orçamentos devem incluir toda a mão-de-obra necessária, materiais de trabalho e auxiliares, ferramenta, consumíveis do tipo parafusos, abraçadeiras, fitas isoladoras, etc., acessórios para efetuar os trabalhos do tipo escadas, gruas, plataformas elevatórias, etc., deslocações, estadias, alugueres de viaturas, alimentação, custos logísticos de envio de todo o material necessário bem como da retração do restante, ou seja, deve estar incluído tudo o que seja necessário à efetivação dos vários trabalhos.

b. Os orçamentos devem ainda incluir assistência e apoio técnico às respetivas provas de entrega/receção finais, especialmente testes de comunicações e medições técnicas devidamente documentadas, a serem fornecidas em suporte preferencialmente informático, para ficarem em processo de arquivo de documentação técnica;

c. A entidade executante é responsável pela limpeza e segurança dos espaços de trabalho, devendo estes ficar devidamente limpos e isentos de qualquer material estranho ao espaço no final da intervenção;

d. Indicar o valor total orçamentado, sem IVA, e, com IVA.

3. REQUISITOS DOS TRABALHOS A EXECUTAR

a. Deve ser garantido o rigoroso sigilo das frequências e canais a programar nos diversos equipamentos, bem como, do ***modus operandi*** do Sistema de Comunicações VHF da Autoridade Maritima Nacional.

b. Deve ser garantido o rigoroso sigilo dos acessos aos sites de comunicações e locais a intervencionar sendo proibido o facultar de acessos a terceiros não autorizados ou duplicação de qualquer chave.

c. Devem ser garantidas as boas normas de acesso aos sites de comunicações, e restantes locais de trabalho, designadamente, informação aos responsáveis aquando do inicio e do fim de trabalhos, bem como, fazer uso permanente dos equipamentos de proteção individual e dos equipamentos identificativos.

d. Todos os trabalhos, incluindo os trabalhos em altura, devem cumprir escrupulosamente os normativos em vigor especialmente quanto aos equipamentos de proteção individual a utilizar.

e. No decurso dos trabalhos devem ser observadas e cumpridas todas as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho e ambiente aplicáveis ao pessoal que efetua os trabalhos quer seja do adjudicatário quer seja eventualmente subcontratado;

f. Deve ser garantida a total segregação dos sistemas elétricos (baterias, circuitos elétricos e eletrónicos) de outros eventuais sistemas existentes nos espaços a intervir;

g. Todos os metais em aço inox, relacionados com aquisição nova devem cumprir com o requisito AISI 316N (inox marítimo), no mínimo.

h. A AMN não se responsabiliza por eventuais atrasos, alterações, cancelamentos, ou outros, que ocorram aquando do transporte de pessoas e materiais, bem como também não se responsabiliza por eventuais prejuízos quanto a reservas já efetuadas ou gastos, sejam viagens, estadias, alugueres de viaturas ou equipamentos, etc.

4. LISTA DE TRABALHOS

a. Instalação de dois "Conjuntos Repetidores VHF" completamente novos, devendo ser um instalado no Farol do Cabo de S. Vicente, Sagres, e o outro na Serra do Morro Alto, na Ilha das Flores, Açores.

A 1. O "Conjunto Repetidor VHF" é constituído pelo repetidor propriamente dito, do tipo Motorola SLR 5500 VHF – Digital Repeater VHF 136-174 Mhz, podendo funcionar em analógico ou digital, filtro duplex do tipo Procom DPF 2/6H-4/6N, ou equivalente, completo, com dois chicotes e fichas, sistema de energia de emergência, com bateria estacionária / estanque e recarregável, sem manutenção, de 12v, com pelo menos 100Ah, instalação de antena base tipo Procom CXL2-3LW/LM, ou equivalente, VHF, na frequência 153-162MHz, cabo coaxial ½", fichas, programações, alinhamentos, passagem e fixação de cabos e suportes com materiais resistentes ao ambiente marítimo, especialmente sal e humidade, armário mural para acondicionamento do equipamento, testes finais e fornecimento de documentação técnica, tanto do equipamento como dos referidos testes.

(1) Repetidor analógico / digital do tipo Motorola SLR 5500 VHF, com a seguintes características mínimas:

a. Banda de Frequências – VHF 136-174MHz;

b. Modulação: analógica e digital;

c. Estabilidade de frequência: +/-0,5ppm;

d. Potência de saída: 25/50 watt;

e. Mínimo Número de canais: ≥16 canais;

f. Separação de canais: 12,5/20/25KHz;

g. Temperatura de trabalho: -30ºC a +60ºC

h. <u>Cada repetidor deverá ser fornecido com o seguinte material</u>:

a. Unidade de alimentação incorporada de 12V DC e 220V AC, com função de carga de bateria com ligação a bateria;

b. Bateria estacionária / estanque, recarregável, sem manutenção, de 12V, com pelo menos 100Ah, do tipo EE12-100A, ou equivalente.

c. Filtro duplexer, completo, com dois chicotes e fichas de ligação, do tipo Procom DPF 2/6H-4/6N, ou equivalente.

d. Proteção de linha contra descargas atmosféricas, do tipo IS-B50LN-CO2, ou equivalente.

e. Antena OMNI VHF com 3 dB de ganho, largura de banda ≥9MHz, 150w, Survival Wind Speed: min. 290Km;

f. Suporte vertical para antena em INOX 316L (inox marítimo) para se colocar em parede no caso do Farol do Cabo de S. Vicente e suporte do tipo "L" para Tore Cilíndrica no caso da colocação no Morro Alto, Ilha das Flores;

g. 20m de cabo coaxial ½" de baixas perdas (≤2.7dB/100m@150MHz) e respetivas fichas para o Farol do Cabo de S. Vicente e 60m do mesmo cabo para o Morro Alto, na ilha das Flores;

h. Fixadores metálicos tipo Andrews de cabo coaxial ½" para parede no Farol do Cabo de S. Vicente e para Torre (25m) cilíndrica no Morro Alto, na ilha das Flores;

i. Manual de operação em português.

j. Configuração e instalação

k. Kit de Terra ½, do tipo RSF GKS Speed 20-12P, ou equivalente.

l. Fichas N, macho, para cabo ½ ", do tipo NM-SCF12-CO2, ou equivalente.

m. Armário mural 19" com as seguintes características:

a. Dois corpos, 600mm * 600mm com chassi do tipo BRK12, ou equivalente;

b. Porta frontal em vidro fumado com chave;

c. Painéis laterais desmontáveis;

d. Fabricado em aço SPC laminado/frio;

e. Régua de tomadas (6) 220V AC;

f. Ventilador para extração de ar;

g. Termostato;

b. Instalar um link entre o Farol do Cabo de S. Vicente – Sagres e o Farol de S. Maria – Ilha da Culatra.

A 1. Antena de link, do tipo Yagi, com oito elementos, com 10 dBd de ganho, a operar nas frequências 380-430 MHz;

(1) Suporte para antena em INOX 316L (inox marítimo);

(2) Rádio estação base compatível com o repetidor, com alimentação, para efetuar o link e interface em UHF;

(3) Fichas N, macho, para cabo ½ ", do tipo NM-SCF12-CO2, ou equivalente.

(4) O rádio fixo/link deverá ter as seguintes características mínimas:

a. Banda de Frequências – UHF 400-470MHz;

b. Modulação: analógica e digital;

c. Estabilidade de frequência: +/-0,5ppm;

d. Potência de saída: 25 watt;

e. Separação de canais: 12,5/20/25KHz;

f. Temperatura de trabalho: -30ºC a +60ºC

g. Cada rádio fixo/link deverá ser fornecido com o seguinte material:

a. Fonte de alimentação individual com ligação a bateria;

b. Proteções contra descargas atmosféricas;

c. Aproximadamente 20m de cabo coaxial ½" (≤4.5dB/100m@400MHz) e respetivas fichas;

d. Fixadores metálicos tipo Andrews de cabo coaxial ½" para parede;

e. Manual de operação em português.

f. Configuração e instalação

c. Instalar alimentação elétrica independente de outros sistemas, com disjuntor próprio no quadro geral e cabo elétrico próprio estimando-se em 20 metros para o Farol do Cabo de S. Vicente, Sagres e 20 metros no Morro Alto, ilha das Flores.

5. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

(1) A entidade executante deve fornecer toda a documentação técnica dos vários equipamentos.

(2) A entidade executante deve fornecer toda a documentação técnica, preferencialmente em suporte informático, respeitante às provas de entrega / receções finais, especialmente quanto aos testes de comunicações e medições técnicas dos equipamentos.

(3) A entidade executante deve prestar assistência e apoio técnico às respetivas provas de entrega / receção finais.

(4) A entidade executante deve fornecer os certificados e declarações de conformidade de todos os equipamentos.

6. ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

(1) Todos os trabalhos a executar, sem exceção, serão acompanhados por elementos da AMN, a designar oportunamente, em função dos vários trabalhos.

7. PRAZO DOS TRABALHOS

(1) O prazo de execução dos trabalhos definidos em lista no ponto 4., é de 30 dias, mais 10 dias para as provas de receção.

8. CONDIÇÕES DE RECEÇÃO

a. Provas de receção

(1) Realização de provas de medição de sinal incluindo medição de ondas refletidas e aferição de interferências por forma a confirmar a correta execução dos trabalhos e o bom funcionamento de todos os equipamentos.

(2) A entrega será formalizada através da assinatura de um Auto de Receção Provisória, por representantes das duas partes;

(3) A entrega definitiva termina com o fim da garantia.

b. Garantia

Os trabalhos deverão ser cobertos por uma garantia de 12 (doze) meses após a data da receção e os equipamentos novos por uma garantia de 24 (vinte e quatro) meses.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a. Por norma, o pagamento deverá ser efetuado depois do ato de entrega, indicado em 8.a. (2).

- - - - - - - - - - - - - - - - - - -

DAFL / JUNHO2022